



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

## DIAGNÓSTICO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO SUL BONITO, EM ITAQUIRAÍ (MS)

Sedeval Nardoque

Jhiovanna Eduarda Braghin Ferreira

### INTRODUÇÃO

O referente texto é resultante de atividades do Projeto de Pesquisa “Contribuições científicas aos estudos territoriais com proposição de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável”, do Edital CNPq Pro-Humanidades de 2022, coordenado pelo Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernando (Unesp) e com integrantes de diversas universidades brasileiras, envolvendo 23 assentamentos distribuídos por vários estados brasileiros e pesquisando temas relacionados ao desenvolvimento sustentável, dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (Agenda 2030 da ONU), como a reforma agrária, a agroecologia, os povos tradicionais, a educação do campo e as demandas por direitos a partir dos estudos de imigrantes venezuelanos. A equipe do Laboratório de Geografia Agrária (GeoAgraria) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul ficou responsável pelas atividades ligadas ao eixo Segurança Alimentar e Agroecologia no estado de Mato Grosso do Sul, no Projeto de Assentamento Sul Bonito, município de Itaquirá, objetivando diagnosticar, analisar e propor caminhos para as experiências de produção e consumo de alimentos agroecológicos, a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Mesmo distante cerca de 470km da sede do grupo de pesquisa, da Universidade Federal de Mato Grosso, campus Três Lagoas (UFMS-CPTL), a escolha do Assentamento Sul Bonito, deu-se em decorrência dos poucos assentamentos localizados no Leste de Mato Grosso do Sul (Três Lagoas têm dois instalados pelo Incra) e estudos anteriores (Almeida e Dubos-Raoul, 2023; Heimbach e Almeida, 2022; Macedo e Almeida, 2021) indicarem experiências muito iniciais relacionadas à Agroecologia e, por outro lado, no município de Itaquirá, localizado no Sul do estado, existirem nove assentamentos instalados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), portanto, com mais tradição histórica e mais consolidados, além de evidências



(Silva, 2014a e 2014b) da existência de um núcleo de produtores agroecológicos, denominado de Grupo de Agroecologia Terra Viva, certificado pela Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (Apoms), no PA Sul Bonito, bem como de publicação sobre a existência de sua Rede de Agroecologia<sup>1</sup> e a referência a participação deste grupo do referido assentamento.

Diante das evidências, definiu-se o Projeto de Assentamento Sul Bonito como localidade para a realização do diagnóstico e demais atividades relacionadas ao eixo no estado de Mato Grosso do Sul.

## METODOLOGIA

Para realização do trabalho, foram realizados três trabalhos de campo no Assentamento Sul Bonito, Itaquiraí (MS), ao longo de 2023 e 2024. O primeiro, foi realizado entre os dias 11 e 12 de abril de 2023, justamente para reconhecimento *in loco*, conversando com as lideranças dos movimentos socioterritoriais e outros sujeitos, camponeses assentados desde o início e outros recentes. O segundo trabalho de campo foi realizado entre os dias 03 e 05 de agosto de 2023, com o propósito de aplicação de questionário semiestruturado e entrevistas com os camponeses assentados para diagnosticar elementos relacionados às dificuldades encontradas, sobretudo de acesso às políticas públicas e as suas necessidades relacionadas à produção e à comercialização de seus produtos, principalmente ligados à Agroecologia. Após a sistematização dos dados dos questionários e das entrevistas, a equipe do Laboratório de Geografia Agrária elaborou o relatório e encaminhou para os órgãos federais e estaduais ligados à agricultura familiar. O passo seguinte foi organizar, junto com os órgãos públicos, outro trabalho de campo no Assentamento Sul Bonito para a apresentação das políticas públicas em consonância com as demandas apresentadas e sistematizadas nos trabalhos de campo anteriores. Esta etapa realizou-se no dia 23 de maio de 2024, no Assentamento Sul Bonito, com a presença de representantes de órgãos públicos federais (INCRA e MDA) e estaduais (Agraer e Semadesc).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

---

<sup>1</sup>Disponível

em: <https://agroecologiaemrede.org.br/rede/rede-de-agroecologia-da-associacao-dos-produtores-organicos-do-mato-grosso-do-sul-apoms/>. Acesso em: 20 nov. 2023.



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-FONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

No estado Mato Grosso do Sul há 206 projetos de assentamento (PAs) vinculados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com capacidade para 30.909 famílias, mas assentadas são 28.487 famílias, totalizando 694.376,5547 hectares. No mapa 1, demonstra-se a localização dos PAs pelo Mato Grosso do Sul, notadamente concentrados no Centro-Sul, destacando-se, em números, os municípios de Sidrolândia, 23 PAs, de 1989 a 2013, em 80.011,41 hectares obtidos, subdivididos em 4.392 lotes (capacidade); em Itaquiraí, os assentamentos instalados, entre 1989 e 2007, em 46.113 hectares, são distribuídos em 3.130 lotes (capacidade); em Ponta Porã, apesar de os dados do INCRA apresentarem 15 assentamentos instalados de 1997 a 2004, uma única fazenda obtida, a Itamarati, deu origem a nove assentamentos, são contíguos, mas subdivididos por movimentos socioterritoriais (PA Itamarati–AMFFI, PA Itamarati – CUT, PA Itamarati – Fetagri, PA Itamarati – MST, PA Itamarati II – Fetagri, PA Itamarati II – MST, PA Itamarati II – CUT, PA Itamarati II – FAF, PA Itamarati II – FAFI). Os assentamentos realizados pela desapropriação da Itamarati somam 49.927 hectares, mas, somando-se as áreas dos demais no município, totalizam-se 64.962 hectares obtidos (desapropriação e compra) destinados para fins de Reforma Agrária, distribuídos em 3.402 lotes (capacidade).

A concentração de assentamentos no Centro-Sul do estado tem relação com as lutas e as resistências dos camponeses, por meio de movimentos socioterritoriais, pela reforma agrária e contra a expulsão e a expropriação destes sujeitos sociais causadas pelas configurações territoriais de apropriação capitalista da terra, da concentração fundiária, do uso da terra e as diversas formas de emprego de violência no campo, como tratados em outros trabalhos (Fabrini, 1995; Nardoque, 2017, 2016; Nardoque e Kudlavicz, 2019).



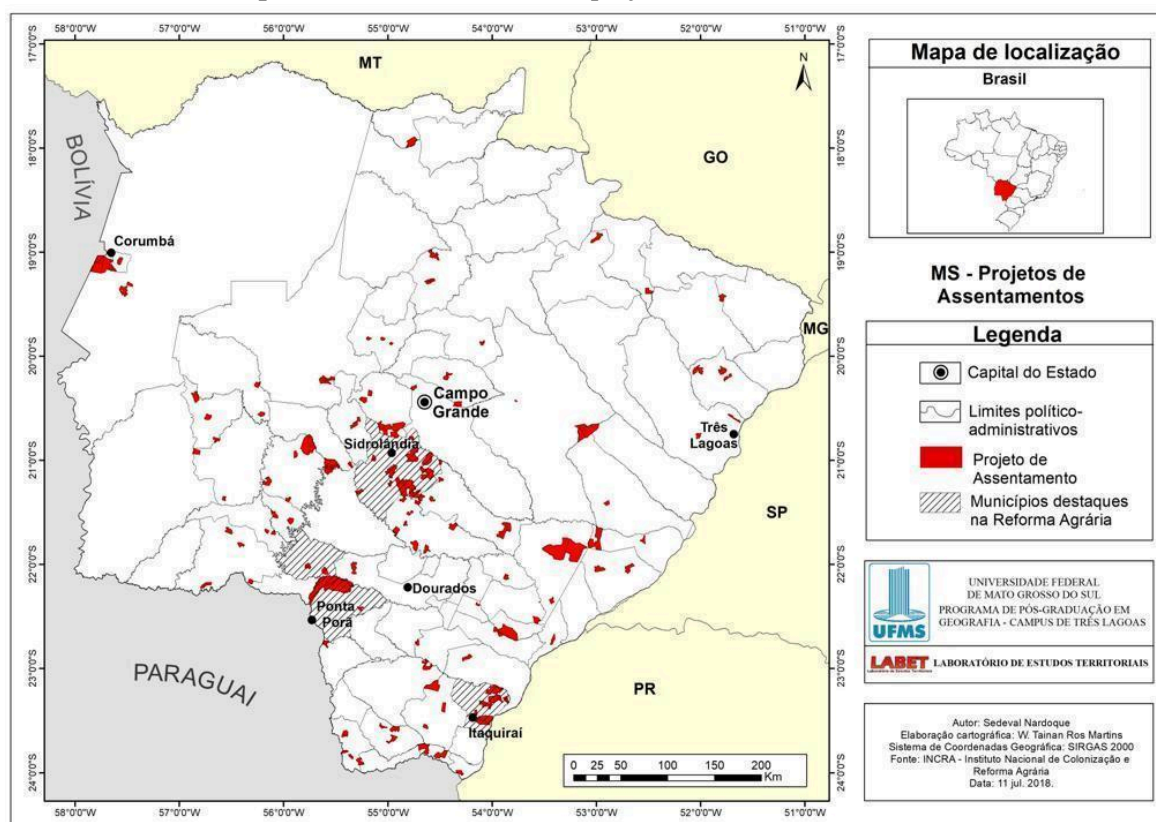
# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SOHNALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

**Mapa 1 – Mato Grosso do Sul: projetos de assentamento – Inkra**

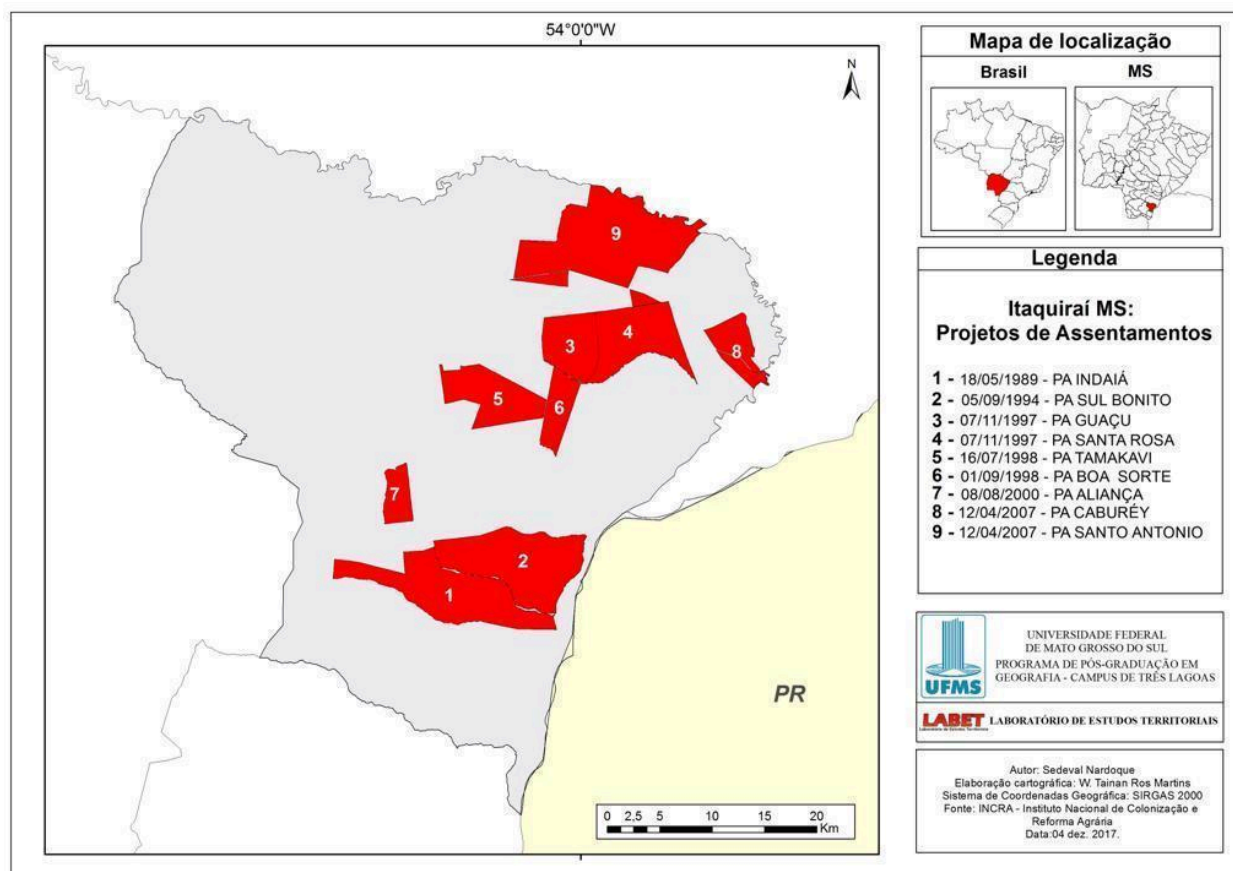


**Fonte:** INCRA.

Como demonstrado no mapa 2 e escrito anteriormente, no município de Itaquiraí há nove assentamentos implantados pelo Inkra. No caso específico do PA Sul Bonito (evidenciado com o número 2 no mapa 2), a desapropriação do latifúndio de mesmo nome, de 6.375 hectares, ocorreu em 05 de setembro de 1994 e sua instalação em 09 de outubro de 1996. Sua capacidade é de 422 famílias, mas foram assentadas 421, com lotes de 18 hectares, e destes, 48 lotes localizam às margens do rio Paraná, muitas deles, atualmente, usados como áreas de lazer. Estão presentes, na organização dos assentados, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso do Sul (FETAGRI) (Maciel, 2022; Silva, 2014a e 2014b).



**Mapa 2 – Itaquiraí (MS): assentamentos rurais**



**Fonte:** INCRA.

Foram realizadas três trabalhos de campo no Assentamento Sul Bonito, sendo a primeira no dia 11 e 12 de abril de 2023, na sede da associação; o segundo trabalho de campo foi realizado entre os dias 03 e 05 de agosto de 2023, com o propósito de aplicação de questionário semiestruturado e entrevistas com os camponeses assentados para diagnosticar elementos relacionados às dificuldades encontradas, sobretudo de acesso às políticas públicas e as suas necessidades relacionadas à produção e à comercialização de seus produtos, principalmente ligados à Agroecologia. Outro em forma de encontro, em 23 de setembro de 2024. No primeiro, estiveram presentes lideranças dos assentados, da Agência de Desenvolvimento Agrária e Extensão Rural (Agraer), membros da equipe do eixo Segurança Alimentar e Agroecologia e da equipe do Reforma Agrária da Universidade do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon e o representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT/MS) Mieceslau Kudlaivicz.



Neste primeiro contato foram explicados os objetivos e propósitos do Projeto de Pesquisa e as possíveis ações aos presentes. Posteriormente, a palavra foi aberta para as explanações das lideranças e da representação da Agraer. Após as primeiras tratativas, foram estabelecidos os compromissos entre as partes para a realização do diagnóstico no Assentamento Sul Bonito e houve visitação em alguns lotes e na escola fechada.

A segunda ação de pesquisa ocorreu no Sul Bonito nos dias 03, 04 e 05 de agosto de 2023 para realização do diagnóstico em diversos lotes do assentamento. Nesta ocasião, foram aplicados questionários com alguns e entrevistas com outros assentados, detalhados na metodologia.

No Projeto de Assentamento Sul Bonito, houve a participação das seguintes organizações de movimentos socioterritoriais, sindicais e produtivas; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso do Sul (FETAGRI); Associação dos Produtores Rurais do PA Sul Bonito e Cooperleite, Cooperativa dos Pequenos Produtores Agropecuários de Itaquiraí.

Nas ações de pesquisa, procurou-se adaptar o DRP. O uso da abordagem qualitativa, com base na metodologia do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), possui caráter transversal, atendendo, por um lado, ao objetivo de geração de informações qualitativas a serem analisadas e interpretadas e, por outro, se constituindo enquanto instrumento para as primeiras aproximações com os sujeitos sociais do assentamento pesquisado. Partiu-se do princípio básico da DRP com enfoque horizontalizado na produção de dados e informações pela/sobre a comunidade, sendo constituído pela combinação de técnicas, procedimentos e ferramentas que permitiram o compartilhamento de experiências e a reflexão sobre os próprios conhecimentos por parte dos sujeitos pesquisados. A identificação dos problemas, socialização de propostas de solução e planejamento para sua execução constituem-se, nesta perspectiva, momentos necessários dessa metodologia (Verdejo, 2006).

Após contato prévio com lideranças comunitárias do assentamento Sul Bonito, em diálogo sobre a metodologia e as ações do projeto, iniciou-se a execução do DRP. São quatro os procedimentos adotados, em conformidade com as orientações de Verdejo (2010) e Guimarães *et. al.* (2007): **a.** análise de fontes secundárias sobre as comunidades; **b.** entrevistas semiestruturadas e aplicação questionários; **c.** mapeamento participativo e **d.** árvore de problemas, com apresentação de indicativos de soluções.



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

A análise de fontes secundárias foi realizada por meio de leituras de artigos e dissertações sobre a questão agrária em Itaquirai, a implementação do PA Sul Bonito e, também, do fechamento da escola do assentamento, a etapa a. Posteriormente, fez-se a primeira ação de pesquisa dialogando, inicialmente, com os representantes do PA e da Agraer, e explicando os objetivos, os propósitos e as ações da pesquisa. Neste momento, nos dias 11 e 12 de abril, sensibilizou-se os representantes para participação e iniciou-se o diagnóstico, pois foram relatados os mais diversos problemas enfrentados pelos assentados e pelos técnicos da Agraer na viabilização da produção, da comercialização e da própria permanência dos sujeitos no campo. Na figura 1 apresenta-se alguns momentos da primeira ação de pesquisa realizada no Sul Bonito. No sentido horário, a primeira foto é da reunião realizada na sede do barracão da Igreja Católica; a segunda e a terceira referem-se à visita ao balneário municipal, localizado no PA, e aos lotes lindeiros ao rio Paraná, objetos de especulação imobiliária para estabelecimento de casas de veraneio. A quarta foto refere-se à visita à escola do assentamento, fechada em 2018, posteriormente descrita e analisada neste trabalho.

**Figura 1** – PA Sul Bonito/Itaquirai (MS): primeira ação de pesquisa no assentamento – abril de 2023



**Fonte:** trabalho de campo realizados nos dias 11 e 12 de abril de 2023. Fotos: Marco Antônio Caldas.



Ainda na primeira ação, visitou-se um lote no Assentamento Indaiá, contíguo ao Sul Bonito. O objetivo foi visitar e dialogar com uma assentada que está em transição agroecológica e pertence ao Grupo de Agroecologia Terra Viva. No lote encontrou-se significativa diversidade de plantios e de criações de animais, como representado na figura 2 e sua proprietária, uma camponesa integrante da Comissão Pastoral da Terra (CPT/MS) bastante entusiasmada com sua produção em transição agroecológica. Há produção de frutas, como laranja, mamão, banana (principal atividade) e criação de pequenos animais, como galinhas, ovelhas e porcos.

**Figura 2** – Assentamento Indaiá/Itaquiraí (MS): visita a lote em transição agroecológica



**Fonte:** Trabalho de campo 11 abr. 2023. Foto: Jhiovanna Eduarda Braghin Ferreira.

A segunda ação de pesquisa ocorreu no Sul Bonito nos dias 03, 04 e 05 de agosto de 2023 para realização do diagnóstico em diversos lotes do assentamento. Nesta ocasião, foram aplicados questionários com alguns e entrevistas com outros assentados, seguindo alguns princípios levantados no diagnóstico preliminar realizado na primeira ação de pesquisa.



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Para tanto, foram quatro integrantes do eixo Segurança Alimentar e Agroecologia vinculados à UFMS e quatro integrantes do eixo Reforma Agrária oriundos da Unioeste, campus Marechal Cândido Rondon. Antes, porém, houve planejamento, discussão, elaboração e revisão das questões que compunham o questionário a ser aplicado, bem como o roteiro para entrevistas qualitativas. A decisão de elaboração conjunta e a escolha de realização de ações de pesquisa em conjunto deram-se em função do pesquisador João Edimilson Fabrini ter realizado pesquisas anteriormente no PA Sul Bonito e conhecer vários assentados e lideranças, facilitando os contatos e ações em um assentamento com 421 famílias assentadas. Outro motivo foi que muitas questões eram comuns e de interesse aos dois eixos e, também, para não se tornarem repetitivas. De início pensou-se em aplicar, pelo menos, 10% de questionários entre as famílias assentadas, mas no decorrer dos trabalhos, houve diálogo entre os membros da ação e decidiu-se pelo replanejamento, pois as respostas tornaram-se repetitivas, sobretudo em relação às dificuldades enfrentadas, tipo de produção, comercialização da produção e políticas públicas. Para continuidade dos trabalhos, adotou-se a estratégia de entrevistas, sobretudo com a liderança do MST, a líder do grupo de mulheres e o produtor agroecológico certificado pela Apoms, justamente para se compreender melhor os problemas comuns aos assentados e que apareceram desde a primeira ação de pesquisa e reforçados na aplicação do questionário na segunda ação de pesquisa.

Na figura 3 demonstra-se algumas fotos tiradas nesta segunda ação de pesquisa realizada no mês de agosto de 2023, sendo, no sentido horário, retratando a entrevista com o camponês agroecológico e na sequência a área de horta e de criação de bovinos.



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

**Figura 3** – Assentamento Sul Bonito/Itaquiraí (MS): lote de produção agroecológica com certificação



**Fonte:** Trabalho de campo abril de 2023. Foto: Diego Ribeiro Guimarães.

Na figura 4, retratam-se alguns elementos do Grupo Coletivo do MST, suas residências e alguns de seus maquinários pertencentes à Cooperativa de Consumo e Produção dos Criadores de Pequenos Animais, a Copasil. Na entrevista com um dos líderes do MST, pode-se compreender as trajetórias de vida para os camponeses entrarem na terra e as dificuldades para nela permanecer.



**Figura 4** – Assentamento Sul Bonito/Itaquiraí (MS): Grupo Coletivo do MST



**Fonte:** Trabalho de campo, agosto de 2023. Fotos: Jhiovanna Eduarda Ferreira Braghin.

Outra entrevista foi realizada com a líder do grupo de mulheres, assim como os outros entrevistados, sua família foi assentada originalmente após o período de acampamento de luta para conquistar o assentamento. Suas falas foram importantes para a compreensão dos problemas e das necessidades de políticas públicas.

Quando se realizou a primeira ação de pesquisa, ainda em abril de 2023, a expectativa alta de encontrar a presença de camponeses organizados em torno da produção agroecológica foi frustrada, pois encontrou-se somente três produtores, sendo um certificado e outra produtora em transição no Sul Bonito, das 421 famílias assentadas, e outra no PA Indaiá. Tal situação, possibilitou questionamentos se haveria possibilidade de mudança do local da pesquisa, por exemplo, transferindo para o município de Sidrolândia (com grande número de assentamentos) ou mesmo para Glória de Dourados, sede da Apoms, mas o município não tem assentamentos de reforma agrária. Após reflexões, a equipe se decidiu pela continuidade das ações de pesquisa no Sul Bonito justamente para se compreender do porquê da não ampliação das experiências agroecológicas no



assentamento. Foi o que se fez na segunda ação de pesquisa: diagnosticar os principais problemas enfrentados pelos assentados.

A etapa **c** foi realizada, por meio de síntese do trabalho de campo para aplicação dos questionários semiestruturados e das entrevistas, justamente para realizar o diagnóstico. No dia 23 de setembro de 2024 foi realizada a apresentação prevista na etapa **d**. Nestas duas últimas etapas da metodologia, sintetizou-se e apresentou-se os principais problemas enfrentados pelos assentados e a proposição de políticas públicas.

Levando-se em consideração a metodologia desenvolvida ao longo das ações de pesquisa, pode-se diagnosticar os principais problemas presentes no Assentamento Sul Bonito.

- a) Envelhecimento dos assentados e a dificuldade de sucessão implica em diversos problemas. O longo período de trabalho no campo e nas terras de outros proprietários, inclusive no Paraguai, além de anos de acampamento, implicaram no encontro tardio do camponês com a terra;
- b) Segundo a líder do grupo de mulheres, cerca de 70% dos lotes foram comercializados para terceiros, geralmente pessoas mais jovens que moram no assentamento ou mesmo produtores capitalistas que têm outras propriedades fora da área;
- c) Dificuldades de acesso a crédito por problemas de documentação, como os títulos de posse e/ou propriedade, além dos escassos limites impostos pelo Pronaf;
- d) Dificuldades de comercialização da produção e ações de atravessadores e empresas capitalistas que pagam baixos preços aos camponeses;
- e) Arrendamentos das terras nos lotes para agricultores capitalistas para plantação de grãos (soja e milho) e ramas de mandioca, retirando certa autonomia sobre a posse e o uso dos lotes, mas gerando renda para os envelhecidos;
- f) Ações de empresas de comercialização de leite implicaram em *dumping* contra a Cooperleite, que na primeira ação de pesquisa ainda coletava leite com seu caminhão próprio, mas na segunda ação de pesquisa a cooperativa estava desativada por motivos de endividamento (inclusive vendeu o caminhão) e sem condições de se estabelecer diante da concorrência predatória. Tal cooperativa não era de produção, somente de comercialização;
- g) A principal atividade econômica é a produção de leite de bovinos em muitos lotes, sobretudo naqueles que há camponeses com menos idade para o trabalho. De toda



forma, notam-se pastagens degradadas e poucos recursos para a suplementação alimentar do rebanho, ou seja, sem forrageiras ou mesmo máquinas para realizar o preparo do solo ou colher as plantas para o preparo da alimentação bovina. Tal situação implica em baixa produtividade, não possibilitando maior renda à maioria dos assentados, agravando-se pelos baixos preços de monopólio pagos pelas empresas de laticínios;

h) Os longos anos de assentamento implicaram em conflitos entre os assentados, divididos entre os dois movimentos (MST e Fetagri) e dentro deles. O Grupo Coletivo do MST está desfeito e não há mais ações que principiaram a formação do grupo. Nos questionários e nas entrevistas ficaram evidentes a não participação ou o afastamento das participações coletivas, fragilizando as ações de produção, de comercialização e mesmo de ações políticas. Os exemplos mais claros foram a “falência” da Cooperleite e da Copasil que venderam caminhão, tratores e implementos para o pagamento de dívidas;

i) Além dos problemas anteriormente descritos, foram comuns nas falas dos camponeses a ausência de políticas mais eficazes de proteção à agricultura familiar, como garantia de preços mínimos e de compra institucional da produção. Um dos envelhecidos camponeses entrevistados relatou que vivia a melhor fase da vida, pois ele e a esposa estavam aposentados pelo INSS e os filhos trabalhando na cidade e suas terras arrendadas para o plantio de ramas de mandioca, garantindo-lhe renda anual. Disse na entrevista que se endividou duas vezes plantando algodão e quase perdeu seu lote por causa das dívidas contraídas à época;

j) Nas entrevistas e questionários foram comuns respostas em relação a não titulação dos lotes, apontada como a principal causa de dificuldade de acesso a crédito. Talvez isso não se sustente, pois atualmente se proíbe a garantia em hipoteca de imóveis rurais de até quatro módulos fiscais. De toda forma, foi um dos problemas apontados;

k) Burocracia para acesso às compras institucionais (PAA e Pnae) e os limites/teto por assentado foram outros problemas apontados pelos assentados como limitadores da ampliação da produção;

l) Também apontaram a falta de maior número de tratores e de implementos agrícolas para o preparo do solo. Como a Copasil não consegue mais atender os assentados, ficam na dependência das máquinas da Prefeitura de Itaquiraí que não consegue atender adequadamente no momento certo do plantio, por exemplo;



m) Como há ações de agricultores capitalistas dentro do assentamento, seja pela compra de lotes ou pelo arrendamento, há uso intensivo de agrotóxicos nas lavouras de grãos, inviabilizando outras formas de produção alternativa, como a agroecológica. Além disso, o assentamento está “cercado” por fazendas de produção de grãos, inclusive com denúncia de pulverização aérea e derivas sobre os lotes lindeiros;

n) Especulação imobiliária na compra de lotes no assentamento, talvez pelo conjunto de problemas apontados, mas pela proximidade com a cidade de Itaquirai e com o rio Paraná, local de lazer de pesca ou mesmo de balneário. Nos lotes lindeiros ao rio, há casas de padrão superior de construção, demonstrando claramente a presença de pessoas estranhas ao assentamento;

o) Fechamento da escola em 2018 sem consulta ampla aos assentados e mesmo eles sendo contra tal ação da administração da Prefeitura de Itaquirai. Também, houve relatos questionando a não cessão de uso do prédio da escola fechado ao uso coletivo das associações e/ou cooperativas do Sul Bonito;

Desde a primeira ação de pesquisa, um problema foi levantado por assentados e pelos próprios funcionários da Agraer: as poucas ações de assistência técnica e de extensão rural. O principal motivo elencado foi a falta de funcionários para o atendimento amplo, pois a unidade de Itaquirai possuía somente um Zootecnista para atender nove assentamentos de Reforma Agrária. Além disso, a falta de integração e articulação entre as políticas municipais, estaduais e federais também surgiram.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas entrevistas e nos questionários surgiram algumas demandas de políticas públicas para o assentamento, como infraestrutura de acesso à água potável, melhoria na rede de distribuição de energia; políticas de subsídio para recuperação dos solos degradados, como correção via calcário; políticas públicas de incentivo à produção, como de melhoria da genética do gado bovino para aumento da produção de leite. Também foi comum a solicitação de titulação definitiva para os lotes do Sul Bonito. Outra demanda foi de ampliação de compras institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ampliado permanente, bem como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). A ampliação de assistência técnica e de extensão rural e a presença de



escola de formação agropecuária seriam importantes para o aumento da produção, a qualificação profissional e a continuidade na sucessão familiar no assentamento. Outra proposta, oriunda do camponês de produção agroecológica, de proibição de pulverização aérea por meio de leis.

As duas ações de pesquisa realizadas no Assentamento Sul Bonito constataram a crise da Reforma Agrária, justamente pelo diagnóstico dos problemas apresentados. Na produção agroecológica não é muito diferente, pois foram encontrados apenas dois camponeses, um com produção com certificação social feita pela Apoms e outra em transição agroecológica. É urgente a adoção de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar camponesa, de proteção, de subsídio, justamente para recriação camponesa como condição *sine qua non* para a produção de alimentos saudáveis, garantindo a segurança alimentar. Por fim, pretende-se realizar mais duas atividades, uma no Sul Bonito, avaliando-se se alguma política pública foi implementada, outra entrevistando os gestores públicos do Incra, do MDA e da Semadesc para se avaliar se houve a implementação de alguma política pública a partir do diagnóstico e de proposições realizadas nos dois últimos anos.

**Palavras-chave:** Políticas públicas; Assentamento rural; Agroecologia.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; DUBOS-RAOUL, Marine. Transição agroecológica no Território Rural do Bolsão, Três Lagoas – Mato Grosso do Sul, Brasil. **Para Onde?** Porto Alegre, UFRGS, v. 17, p. 89-108, 2023.

FABRINI, João Edimilson. **A posse da terra e o sem terra no Sul de Mato Grosso do Sul: o caso de Itaquiraí.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Unesp, Presidente Prudente, 1995.

GUIMARÃES, R. dos R.; LOURENÇO, J.N. de P.; LOURENÇO, F. de S. **Métodos e técnicas de Diagnóstico Participativo em sistemas de uso da terra.** Embrapa, Amazônia Ocidental, Manaus – AM, 2007.

HEIMBACH, Samuel da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Geografia e agroecologia. **Campo.Território**, v. 17, p. 130-154, 2022.

MACEDO, Francielle Rodrigues de; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Universidade, reforma agrária e agroecologia. **Campo.Território**, v. 16, p. 326-358, 2021.



MACIEL, Gabriela Alves. **Fechamento das escolas do campo no município de Itaquiraí: impactos e desafios para as comunidades envolvidas.** Dissertação (Mestrado em Educação e Territorialidade), UFGD, Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade da Faculdade Intercultural Indígena, Dourados, 2022.

NARDOQUE, Sedeval. KUDLAVICZ, Mieceslau. Reforma agrária e desconcentração fundiária em Mato Grosso do Sul: proposta de ensaio metodológico. **Geografia em Questão**, V.12, N. 02, Marechal Cândido Rondon, Unioeste, 2019.

NARDOQUE, Sedeval. A expansão geográfica do capital e reforma agrária em Mato Grosso do Sul nos governos FHC e Lula. In: CAMACHO, Rodrigo Simão; COELHO, Fabiano. (Org.). **O campo no Brasil contemporâneo: Do governo FHC aos governos petistas.** Curitiba (PR): CRV, 2017.

\_\_\_\_\_. A relação campo-cidade: Abordagem sob o prisma da questão agrária. In: SPOSITO, Eliseu Saverio; SILVA, Charlei Aparecido da; SANT'ANA NETO, João Lima; MELAZZO, Everaldo Santos. (Org.). **A diversidade da Geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação.** Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016a.

SILVA, Daiane Alencar da. A produção alternativa no Assentamento Sul Bonito/Itaquiraí/MS: o caso do Grupo de Agroecologia Terra Viva. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** – Seção Três Lagoas/MS – nº 20 – Ano 11, Novembro 2014.

SILVA, Daiane Alencar da. Agroecologia Como Possibilidade De (Re) Produção No Assentamento Rural Sul Bonito Em Itaquiraí-MS. **Cadernos de Agroecologia** – Vol 9, No. 4, Nov 2014.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP.** Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.